



*Edição nº 449 da Revista da Previdência Complementar – uma publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp e UniAbrapp.

Por Flávia Silva

Supervisão Baseada em Risco é modernizada mundo afora – Vários países dentre os que detêm os maiores e mais desenvolvidos sistemas de Previdência Complementar do mundo vêm atualizando suas abordagens de Supervisão Baseada em Risco (SBR), seja via a ampliação dos riscos sob escrutínio, seja por meio do incremento de ferramentas e estrutura interna das autoridades responsáveis. Canadá, Austrália e Inglaterra, por exemplo, já fizeram ou vêm fazendo movimentações no sentido de renovar sua metodologia a fim de torná-la mais flexível, inclusiva e responsiva em ambientes econômico-financeiros cada vez mais voláteis. Outras prioridades observadas são os investimentos em TI e a capacitação continuada dos colaboradores.

Novos tempos – Em meados de outubro, Peter Routledge, titular da OSFI – Office of the Superintendent of Financial Institutions – órgão regulador e supervisor canadense de bancos, seguradoras e 1.180 planos de pensão sob a fiscalização do governo federal – detalhou os primeiros passos da implantação do novo modelo de Supervisão Baseada em Risco (SBR) a ser adotado pela agência. No âmbito da Previdência Complementar, a autoridade, criada em 1987, cuida de programas que totalizam 1,2 milhão de participantes e CAN\$ 238 bilhões em ativos sob gestão.

O processo de revisão da abordagem teve início em 2021, por meio da iniciativa “Blueprint of Transformation” ou “Projeto de Transformação”, que vem norteando a maior reforma do modelo em 25 anos. As primeiras mudanças entrarão em vigor efetivamente em abril de 2024. “Tomamos medidas céleres e proativas a fim de garantir que os entes supervisionados possam se adaptar às transformações em nosso ambiente de risco, missão que pretendemos manter no ano fiscal 2023/2024”, declarou Rutledge ao apresentar o Relatório Anual da OSFI referente ao exercício anterior.

O titular explica que o sistema financeiro do país já começou a se ajustar a um ambiente de taxas de juros crescentes ocasionado pelo aumento “acelerado” da inflação, com impactos sobre as organizações. Ele prevê uma maior volatilidade proveniente de fontes identificáveis, a exemplo das mudanças climáticas, que alterarão os fluxos de caixa gerados por determinados tipos de ativos, desencadeando, ocasionalmente, alterações perceptíveis nas avaliações da OSFI e no ambiente econômico canadense. “O clima e a digitalização de serviços representam alguns dos riscos conhecidos e ao mesmo tempo desconhecidos do nosso ambiente operacional. Outras fontes macro de volatilidade surgirão em lugares que ainda não sabemos”, esclarece o executivo.

Diante desse cenário, a Superintendência está construindo um novo sistema de classificação baseado no tamanho, complexidade e potencial de contágio de riscos sistêmicos dos entes fiscalizados, segmentação que, revigorada, buscará refletir o risco de viabilidade individual dentro de uma escala de oito pontos. Para as instituições maiores, serão incorporadas classificações para os riscos de negócio, resiliência operacional, financeira e governança de riscos. A nova modelagem não deve alterar os níveis de intervenção da OSFI, embora haja maior probabilidade de as instituições verem o seu “rating” mudar com mais frequência daqui para frente, dado que a metodologia é mais responsiva a riscos e boas práticas.

Internamente, estão sendo estabelecidos objetivos mais específicos e tangíveis, bem como cultivada uma cultura organizacional de “curiosidade” – curiosity culture – que amplie a aceitação de diferentes mentalidades num ambiente em que seja seguro agir e ocasionalmente “falhar” em contextos cada vez mais incertos. A cultura da curiosidade permitirá à autoridade transformar etapas do processo de supervisão, além de abandonar ferramentas, técnicas e práticas na medida

em que se tornarem obsoletas.

No radar da OSFI estão ainda o fortalecimento e expansão, respectivamente, da capacidade de gestão e apetite de risco, o que viabilizará decisões mais céleres, menor burocracia e maior influência sobre a definição de políticas para o setor. “O fato de sermos um órgão independente ajuda, mas precisamos ser mais enfáticos ao compartilhar perspectivas e exercer autoridade ao mesmo tempo em que demonstramos maior abertura para lidar com desafios e participar de debates”, reconhece Rutledge.

Stewardship

Em sua opinião, mudanças na cultura da OSFI são necessárias para reforçar o princípio de Stewardship. “Nossa abordagem atual aplica a gestão de risco em nível individual, por fundo de pensão, enquanto o ambiente macro de risco é considerado apenas na medida em que afeta uma entidade regulamentada.”

O resultado, ressalta Rutledge, é uma profunda sensação de responsabilidade sobre a percepção da magnitude do impacto na confiança pública quando uma entidade falha, ainda que o sucesso ou fracasso de um fundo de pensão dependa, sobretudo, de seus órgãos colegiados. “Precisamos recalibrar a forma como gerenciamos riscos para balancearmos o tratamento individual das instituições e do ambiente macro.”

Isso significa, em última instância, que alguns riscos serão monitorados mais de perto enquanto outros terão uma abordagem menos rigorosa. A agência entende que assim aumentará o seu apetite e tolerância, embora a estratégia também possa resultar em decisões “imperfeitas” baseadas em informações incompletas, complementa o gestor.

Tratamento de informações

A plataforma de dados, por sua vez, precisa facilitar a pesquisa analítica e a geração de insights ao órgão de supervisão, dispensando a requisição de informações adicionais aos entes fiscalizados, continua o Superintendente. Para tal, diz ele, é necessário que os dados se tornem mais utilizáveis, atuais, confiáveis e granulares, o que exigirá avanços na educação digital e na configuração do quadro de colaboradores.

“Aprimoraremos a governança analítica, o que se dará também por meio da criação de um centro de expertise e treinamento para as nossas equipes”, destaca Rutledge. A autoridade está desenvolvendo o Instituto de Supervisão, onde os fiscais poderão aperfeiçoar competências, incorporando novas ferramentas, tecnologias e práticas.

A OSFI também entende ser primordial expandir a sua própria gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM), que deve estar integrada a todos os processos internos a fim de garantir que funcionários, processos e estrutura tecnológica sejam fortalecidos, tornando-se mais resilientes aos riscos que possam surgir.

Julgamento e confiança

O desenvolvimento do “Projeto de Transformação” da autoridade canadense incluiu o estudo das práticas utilizadas por reguladores de outros países. Melhorias contínuas e revisões do modelo devem ocorrer ao menos uma vez a cada cinco anos. Mas a despeito das mudanças em curso, Peter Rutledge salienta que o papel do supervisor segue resguardado. “A nossa abordagem continua sendo baseada em princípios e voltada para o futuro. O julgamento da equipe de fiscalização se mantém como fator-chave.”

Nesse ambiente, ele argumenta que a transparência, quando gerenciada de maneira construtiva, tende a sedimentar a confiança entre a agência e os entes supervisionados. “A confiança não é produto de um relacionamento fácil ou difícil, mas de as pessoas acreditarem no que dizemos. Em

Legismap Roncarati

Nova edição da Revista: Países que adotaram a abordagem de Supervisão Baseada em Risco de forma pioneira já reveem modelos para incluir riscos mais diversos*

outras palavras, confiança se conquista evitando surpresas.”

webinars foram realizados para as instituições regulamentadas com foco especial na alta administração, conselheiros e funcionários das áreas de compliance. No primeiro semestre de 2024, outros seminários sobre a nova SBR serão conduzidos junto a todos os stakeholders.

(Continua...)

[Clique aqui](#) para ler a matéria completa na íntegra

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 11.12.2023.